



LIA - UNICEUB
APLICADAS - FASA

Adriana Ribeiro Franzin
RA: 20263818

**A língua nacional e o Código de Ética do Jornalista:
Uma análise do preconceito lingüístico na mídia impressa
brasileira**

Brasília
Junho, 2006

Adriana Ribeiro Franzin
RA: 20263818

**A língua nacional e o Código de Ética do Jornalista:
Uma análise do preconceito lingüístico na mídia impressa
brasileira**

Monografia apresentada ao Centro Universitário de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo.
Orientador: Prof^o . Sérgio Euclides.

Brasília
Junho, 2006

Adriana Ribeiro Franzin
RA: 20263818

**A língua nacional e o Código de Ética do Jornalista:
Uma análise do preconceito lingüístico na mídia impressa
brasileira**

Monografia apresentada ao Centro Universitário
de Brasília, como requisito parcial para obtenção
do título de Bacharel em Comunicação Social
com habilitação em Jornalismo.
Orientador: Prof.º. Sérgio Euclides.

Brasília, de junho de 2006.

Banca Examinadora

Prof.º. Sérgio Euclides
Orientador

Prof.º. Lunde Braghini
Examinador

Prof.ª. Ana Pimenta
Examinadora

*Dedico à mamãezinha linda que
embranqueceu 17 fios de cabelo por
causa deste trabalho.*

AGRADECIMENTO

*A meus irmãos, pais, família e amigos
tão companheiros nas horas de crise
existencial acadêmica.*

*À professora Marta Scherre por ter tão
gentilmente me aberto as portas da
pesquisa e da mentalidade analítica.
Serei eternamente grata.*

Às vovozinhas queridas pelas orações.

Que Deus abençoe a todos.

“Dê-me um cigarro
Diz a gramática
Do professor e do aluno
E do mulato sabido
Mas o bom negro e o bom branco
Da Nação Brasileira
Dizem todos os dias
Deixa disso camarada
Me dá um cigarro”
Oswald de Andrade

“A Gramática precisa apanhar todos os
dias para saber quem é que manda”.
Luiz Fernando Verissimo

RESUMO

A imprensa, como detentora do título de Quarto Poder, possui um viés político inquestionável. Da mesma forma, a língua pode, em função de seu caráter político, ser usada como instrumento de dominação. Associadas, a imprensa e a mídia são responsáveis pela difusão e interiorização de um tipo de preconceito muito pouco conhecido: o preconceito lingüístico. Ao promover esse tipo de discriminação, os profissionais da imprensa agem em afronta ao que determina o Código de Ética do Jornalista.

Palavras- chave:

Preconceito lingüístico, Código de Ética do Jornalista, Sociolingüística, discriminação social.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 A língua nacional e o Código de Ética do Jornalista.....	10
2 A raiz do mal.....	12
2.1 A sutileza do Preconceito.....	12
2.2 Ah! Como dói.....	14
3 Para cortar o mal pela raiz	15
3.1 A língua do povo.....	15
3.2 Padronizar para unificar?.....	17
3.3 Quer dizer, então, que “vale tudo”?.....	20
4 O poder pontencializado da língua (e do preconceito) na mídia.....	23
4.1 Caso Dora rammer.....	24
4.2 Caso João Gabriel deLima.....	25
4.3 Caso Dad Squarisi.....	29
5 Dicas de preconceito.....	31
5.1 E o preconceito perdura... ..	33
6 “Quando tudo está perdido, sempre existe uma luz”.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	42
LEITURA COMPLEMENTAR – ENTREVISTA COM DAD SQUARISI	44
ANEXOS	47

Introdução

O Código de Ética do Jornalista, em vigor desde 1987, é um instrumento legislativo que determina as normas que devem nortear a atuação dos jornalistas. O código fixa também as regras para a relação com a comunidade, com as fontes e com outros jornalistas.

No entanto, depois de quase 20 anos, é inevitável que seja feita a pergunta: O Código vem sendo cumprido? Se não, por quê?

Não pretendo responder nesse trabalho, pela humildade que apresenta, mas pelo menos levantar a discussão a cerca de um tópico dos muitos citados no Código: a língua. O questionamento base para esse estudo é: Os jornalistas têm cumprido o papel de preservar a língua nacional como prega o artigo 17 do Código de Ética? E mais: Os jornalistas têm respeitado os direitos humanos e não têm sido coniventes com as práticas de discriminação social no que diz respeito à língua?

Para analisar essas questões selecionei, como amostra, os textos da coluna Dicas de Português, de autoria de Dad Squarisi. A coluna é publicada todos os domingos e quartas-feiras no Correio Braziliense, jornal de circulação nacional no Brasil. A amostra analisada foi retirada dos meses de abril e maio de 2001 e dos meses de março e abril de 2006.

O jornalista tem na língua o seu instrumento de trabalho. Além de tratá-la com respeito, o jornalista deve preservar a dignidade do leitor, inclusive no que diz respeito à língua.

Apesar de ser, por seu caráter político, um instrumento de poder, a língua não deve ser usada como um aparelho de opressão e discriminação social. É o que prega o Código de Ética do Jornalista. É o que discuto no presente trabalho.

Capítulo 1

A língua nacional e o Código de Ética dos Jornalistas

O capítulo III do Código de Ética do Jornalista trata da “responsabilidade profissional do jornalista”¹. No artigo 17 determina: “O jornalista deve preservar a língua e a cultura nacionais” (1987, p.3)

Nesse contexto é pertinente questionar o que se entende por língua nacional. Oficialmente a língua falada no Brasil é o português. No entanto, a língua falada no nosso país não é igual à utilizada pelos portugueses. Diante disso, a lingüística, ciência que estuda as línguas, resolveu especificar os dois tipos. Convencionalmente, os estudiosos decidiram adotar as terminologias “Português Europeu” e “Português Brasileiro”.

Muitos lingüistas se envolvem com a preocupação de distinguir as semelhanças e diferenças entre os dois. Alguns chegam a dizer que as diferenças são tantas que, na verdade, se trata de duas línguas diferentes.

Pois bem, poderíamos dizer que a gramática é o livro que possui as regras da língua. Segundo o professor da PUC de Minas Gerais, Mário Perini (2004, p.150), a origem desse estudo veio da necessidade dos gregos de “preservar, entender e comentar o texto dos poemas de Homero”. Todavia, sabemos que há um abismo entre a gramática escrita e a gramática interna dos falantes. Em todas as línguas é assim, porque a língua falada transcende em muito, como veremos no próximo capítulo, as regras definidas nos livros de gramática.

Para Celso Pedro Luft, a gramática é apenas um “código normativo que tende à fixação e inflexibilidade”, ao contrário da língua “viva” e “flexível” que está na boca da população do país (1985, p.23).

Essa língua viva é a que deve ser preservada pelos jornalistas. De outra forma, o texto do artigo pediria que o jornalista preservasse a gramática ou as regras da língua e não a língua, o que seria absurdo.

Alguns gramáticos e jornalistas puristas, então, foram aos jornais tocados e dispostos a defender com unhas e dentes a língua nacional e de tão empolgados na sua missão, alguns deles acabaram por confundir as duas coisas e

¹ Ver Anexo 1.

passaram a pregar gramática no lugar de língua e vice-versa. Essa grande confusão, como explicaremos em seguida, fez com que a missão fosse cumprida ao contrário, desprestigiando os falantes, em vez de exaltar e preservar a língua nacional.

As colunas que tratam de língua no jornal são, geralmente, carregadas das idéias de que o brasileiro não sabe falar português, que estamos maltratando a nossa língua e que, para falarmos bem, precisamos estudar e saber a gramática normativa, disseminando o que os lingüistas chamam de preconceito lingüístico.

Esse desserviço é agravado ainda mais pelo fato de provocar uma discriminação em relação aos falantes da língua e, por se tratar de uma forma de preconceito, fere ainda mais o Código de Ética (1987, p.1-2):

“Art. 9o - É dever do jornalista:

e) Opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à **opressão**, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Art. 10. O jornalista não pode:

d) Concordar com a prática de perseguição ou **discriminação** por motivos **sociais**, políticos, religiosos, raciais, de sexo e de orientação sexual.

Art. 14. O jornalista deve:

b) Tratar com **respeito** a todas as pessoas mencionadas nas informações que divulgar.” (grifo meu)

Antes de explicar como essas determinações são descumpridas, vamos esclarecer o que vem a ser o preconceito lingüístico.

Capítulo 2

A raiz do mal

2.1 A SUTILEZA DO PRECONCEITO

Toda forma de preconceito é sutil. Além de disfarçada, é, na maioria das vezes, irracional e infundada. Na época em que vivemos e em um país de tantas diversidades é difícil assumir-se preconceituoso. Isso contribui para que a hipocrisia manche as nossas ideologias. A discriminação – versão prática do preconceito -, por sua vez, revela sua face mais cruel na sátira, no escárnio, nas chacotas e nas ironias perversas.

A definição do termo “preconceito” dada pelo Dicionário de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, ressalta o grau de arbitrariedade que semeia as segregações:

“No sentido contemporâneo mais comum, tanto na linguagem corrente como nas ciências sociais, denota o tratamento desfavorável dado, arbitrariamente, a certas categorias de pessoas. Nesse caso, refere-se a um processo ou forma de controle social que serve para manter a distância social entre duas ou mais categorias ou grupos, através de um conjunto de práticas mais ou menos institucionalizadas. Essas práticas acarretam a **atribuição arbitrária de traços de inferioridade, baseados em razões que pouco têm a ver com o comportamento real** das pessoas que são objeto da discriminação. Frequentemente tais razões entram em conflito com as idéias aceitas de justiça e decência” (1986, p. 361, grifo meu)

A explicação é clara ao salientar que a racionalidade empregada para basear a discriminação “pouco ou nada tem a ver com o comportamento real das pessoas”, ou seja, os conceitos divisores das classes privilegiadas e inferiorizadas são puramente emocionais, nada científicos. É o que confirma o Dicionário de Sociologia da editora Globo:

“Atitude emocionalmente condicionada, baseada em mera crença, opinião ou generalização, determinando simpatia ou antipatia com relação a indivíduos ou grupos” (1961, p.272)

O preconceito lingüístico é, da mesma forma, marcado por suas sutilezas. A raiz desse mal, segundo Marcos Bagno, germinou há 2.500 anos, quando os

primeiros estudiosos da língua começaram a associar a idéia de língua culta à escrita literária. Ele defende que:

“Essa é uma tradição que começou por volta do século III a.C., entre os filósofos e filólogos gregos, quando foi criada a própria disciplina batizada de *gramática*. Aliás, sintomaticamente, a palavra *gramática*, em grego, significava, na origem, ‘a arte de escrever’. Ao se interessar exclusivamente pela língua dos grandes escritores do passado, ao desprezar completamente a língua falada (considerada ‘caótica’, ‘ilógica’, ‘estropiada’), e também ao classificarem a mudança da língua ao longo do tempo de ‘ruína’ ou ‘decadência’, os fundadores da disciplina gramatical cometeram um equívoco que poderíamos chamar de ‘pecado original’ dos estudos tradicionais sobre a língua. Foram eles e seus seguidores, de fato, que plantaram as sementes do preconceito lingüístico, que iam dar tantos e tão amargos frutos ao longo dos séculos seguintes. Foram eles que sacralizaram na cultura ocidental o mito que existe ‘erro’ na língua, principalmente na língua falada”. (2003, p.46)

O preconceito lingüístico é, talvez, ainda mais enraizado e menos percebido que os outros tipos de discriminação. Não há leis que punam os agressores e não há discernimento da gravidade do problema por parte de suas vítimas. A invisibilidade da discriminação leva a questionar se realmente existe esse preconceito ou se é só um exagero político de alguns sociolingüistas².

Como já foi dito, todo preconceito é sutil, disfarçado, quase imperceptível, mas está arraigado e, na sua variação lingüística, discrimina os falantes da língua portuguesa do Brasil por determinados aspectos de sua variante³. Considerar isso como um exagero é incorrer no mesmo estigma que assassinou cerca de seis milhões de judeus baseado em estúpidas análises das características físicas dos seres humanos.

No entanto, alguns puristas insistem em se basear na análise das características lingüísticas para dizerem o que é “certo” e o que é “errado” na língua falada. Ora, para a lingüística, estudo científico da língua, o conceito de “erro” é relativizado e se aplica, como será explicado a seguir, apenas às construções agramaticais. A sociolingüística adota, em contrapartida, o conceito de “adequação” e,

² A definição de sociolingüística aqui adotada está em conformidade com a proposta por Maria Cecília Mollica, segundo a qual “a Sociolingüística é uma das subáreas da Lingüística e estuda a língua em uso no seio das comunidades de fala, voltando a atenção para um tipo de investigação que correlaciona aspectos lingüísticos e sociais. Esta ciência se faz presente nem espaço interdisciplinar, na fronteira entre língua e sociedade, focalizando precipuamente os empregos lingüísticos concretos, em especial os de caráter heterogêneo”. (2003, p.9)

³ Segundo o Dicionário de linguagem e lingüística da editora Contexto, “uma forma variável é algum aspecto do uso para o qual duas ou mais formas concorrentes estão disponíveis numa comunidade, sendo que os falantes mostram diferenças interessantes e significativas na freqüência com que usam uma ou outra dessas formas concorrentes” (2004, p.303)

para essa ciência, “certo” é saber estruturar uma oração de forma que os outros falantes entendam a mensagem transmitida.

O tronco principal dos preconceitos lingüísticos é o que prega que os brasileiros não sabem falar português. A partir dele surgem todas as ramificações sobre “problemas” de concordância, “erros” de colocação pronominal, “falhas” no processo de conjugação dos verbos.

2.2 Ah! Como dói

Para termos a idéia do quão profundo e avassalador é o preconceito lingüístico, vale a pena conferir a matéria publicada pela Folha de São Paulo do dia 16 de abril de 2006: “Profissional é segregado por falar errado”⁴.

A vergonha do personagem era tamanha que ele não quis ser identificado. É com o depoimento do atendente de *telemarketing* que abre a matéria:

“Não entendia porque todos riam de mim sempre que eu estava falando. Depois de um tempo, um amigo do trabalho veio me dizer que o motivo da chacota era por causa do meu jeito de falar”.

O texto afirma que por causa do constrangimento, o funcionário pediu demissão e só depois de cinco anos de faculdade e muitas horas de leitura “obteve a auto-estima necessária para poder falar sem medo de errar”.

O analista de sistemas Cássio Silvério Reis, também citado na matéria, se exaltou e foi demitido depois de discutir com o chefe por causa das brincadeiras:

“Não tive nem como entrar com uma ação na Justiça. A verdade é que sequer percebia que falava errado”.

Essas situações, longe de serem exceções, se repetem diariamente. Somos ao mesmo tempo discriminados e discriminadores por causa da nossa língua. A razão? Talvez seja a falta de auto-estima lingüística promovida por noções infundadas e internalizadas por nós, os próprios falantes.

⁴ Ver Anexo 2.

Capítulo 3

Para cortar o mal pela raiz

3.1 A LÍNGUA DO POVO

É completamente inteligível a qualquer falante do português brasileiro, na língua oral, a oração: “*Meus professô di gramática num tivero as manha de ensiná português pra eu*”. No entanto, mesmo seguindo as regras gramaticais de concordância e estilo, não faz sentido o período: “*Gramática meus professores português de ensinar souberam me não*”. Essa construção nunca sairia naturalmente da boca de uma criança de quatro anos de idade nascida no Brasil, mas poderia ser dita por um estrangeiro que estivesse aprendendo uma língua de estrutura diferente do padrão *sujeito/verbo/objeto*.

Então, não se pode dizer que o falante que produziu a primeira oração não sabe português. É o que defende o autor de *Preconceito lingüístico*, Marcos Bagno:

“Todo falante nativo de uma língua sabe esta língua. Saber uma língua, no sentido científico do verbo saber, significa conhecer muito bem as regras básicas de funcionamento dela” (in PINSKY, 2003, p. 62)

José Luiz Fiorin, autor de um artigo chamado “*Os Aldrovandos Cantagalos e o preconceito lingüístico*” publicado no livro *O direito à fala*, concorda e completa a afirmação acima:

“A variação e a mudança são inerentes às línguas do mundo. Uma característica de todas as línguas do mundo é que elas não são unhas, não são uniformes, mas apresentam variedades regionais, situacionais e sociais, ou seja, variam de região para região, de situação de comunicação para situação de comunicação, de grupo social para grupo social. As línguas não são faladas da mesma maneira por todos os usuários, em todas as situações. Muitas vezes se diz que isso ocorre em nossa língua, porque ‘os brasileiros não sabem português’. Como não sabem? Eles falam português, comunicam-se nessa língua, atendem, com ela, às suas necessidades”. (in MOURA & SILVA, 2000, p. 27)

Rosa Virgínia Mattos e Silva acrescenta:

“Quando dizem que ‘não dominam a língua’ deve isso querer dizer: não dominam a norma idealizada arbitrariamente e imposta, além de não poderem estar em condições de se expressarem sobre assuntos que não conhecem ou mal conhecem” (2004, p.17)

Contudo, apesar de eficiente no processo de comunicação, a primeira oração é vista com um olhar discriminatório por parte dos ferrenhos defensores da

“língua de Camões”. Tanto a falta de concordância nominal (*meus professor*), quanto o uso de gírias (as manha) e a colocação de pronome de caso reto em vez de oblíquo depois de preposição (pra eu) são taxadas como erradas pela gramática.

Tudo bem, essas estruturas não fazem mesmo parte da chamada “norma culta”. Até esse ponto não há preconceito lingüístico. O problema começa quando esses gramáticos passam a confundir língua com gramática normativa, impondo as regras gramaticais aos falares da população. É o que discute Marta Scherre:

“Em nome da *boa língua* pratica-se a injustiça social, muitas vezes humilhando o ser humano por meio da não-aceitação de um de seus bens culturais mais divinos: o domínio inconsciente e pleno de um sistema de comunicação próprio da comunidade ao seu redor. E mais do que isto: a escola e a sociedade – da qual a escola é reflexo ativo – fazem ações perversas, sem respaldo lingüístico estrutural, entre domínio de determinadas formas lingüísticas e beleza ou feiúra; entre domínio de determinadas formas lingüísticas e elegância e deselegância; entre domínio de determinadas formas lingüísticas e competência ou incompetência; entre domínio de determinadas formas lingüísticas e inteligência ou burrice”. (2005. p.43)

O professor Marcos Bagno desfaz essa confusão entre língua e gramática normativa:

“Enquanto a língua é um rio caudaloso, longo e largo, que nunca se detém em seu curso, a gramática normativa é apenas um igapó, uma grande poça de água parada, um charco, um brejo, um terreno alagadiço, à margem da língua. Enquanto a água do rio/língua, por estar em movimento, se renova incessantemente, a água do igapó/gramática normativa envelhece e só se renovará quando vier a próxima cheia.” (2005, p.10)

Enquanto não cai essa bendita chuva de sabedoria, temos que continuar desmistificando abertamente as imperceptíveis formas de preconceito. O povo não fala errado. O povo fala a língua que serve de instrumento de comunicação, que identifica o seu grupo⁵ e que desempenha eficazmente o papel de código.

3.2 PADRONIZAR PARA UNIFICAR?

⁵ De acordo com Stella Maris Bortoni-Ricardo, a variabilidade é um mecanismo de identificação social: “Cada enunciado é para o falante um ato de identidade. À medida que os usuários da língua se movimentam através do espaço sociolingüístico multidimensional que compõe seu repertório, usam os recursos de variação para marcar diferentes dimensões de sua identidade social, tais como sexo, faixa etária, grupo ocupacional, religioso ou étnico, *background* regional etc”. (2005. p. 71)

Aprofundando-nos mais ainda na questão, encontramos um outro mito que dá base a esse tipo de discriminação: a idéia de unidade lingüística no Brasil.

Ao contrário do que prega o senso comum, o Brasil não fala uma língua só. Segundo Gilvan Muller de Oliveira⁶, esse pressuposto oculta a enorme diversidade de línguas faladas aqui. De acordo com ele, 170 línguas indígenas e 30 línguas estrangeiras correm sem barragens pelo país. Essas são as que sobreviveram ao combate levantado pelo Estado ao longo da história na intenção de unificar o Brasil. Para os organizadores de *O direito à fala*, Fábio Lopes da Silva e Heronides Maurílio de Melo Moura, “essa associação entre o Estado e a língua portuguesa como língua oficial se manifesta de duas formas. Por um lado, a negação do plurilingüismo e por outro a exclusão das falas e falares que não estiverem em correspondência com essa língua portuguesa idealizada pelo Estado brasileiro” (2000, p.11).

Então, além de provocar um lingüicídio⁷, a idéia de padronizar a língua brasileira também destrói as marcas regionais e identitárias da população. Essa idealização da língua pura e única é, de acordo com Marcos Bagno, prejudicial à educação porque, “ao não reconhecer a verdadeira diversidade do português falado no Brasil, a escola tenta impor sua norma lingüística como se ela fosse, de fato, a língua comum a todos os 160 milhões de brasileiros, independentemente de sua idade, de sua origem geográfica, de sua situação socioeconômica, de seu grau de escolarização etc” (2005, p. 15).

Fazer isso, para Sírio Possenti, seria cometer uma “violência cultural”:

“Dado que a chamada língua padrão é de fato o dialeto dos grupos sociais mais favorecidos, tornar seu ensino obrigatório para os grupos sociais menos favorecidos, como se fosse o único dialeto válido, seria uma violência cultural. Isso porque, juntamente com as formas lingüísticas (com a sintaxe, a morfologia, a pronúncia, a escrita), também seriam impostos os valores culturais ligados às formas ditas cultas de falar e escrever, o que implicaria em destruir ou diminuir valores populares”. (2000, p.18)

Imagine você, uma criança que pode se sentir inferior por ser negra e pobre, além de ser humilhada na escola por não ter os bens materiais que outras têm e pelos mais diversos fatores, está ainda sujeita a ser esnobada por falar uma variante que não está descrita na gramática, que é considerada errada por seus professores e

⁶ Autor de um artigo intitulado “Brasileiro fala português: monolingüismo e preconceito lingüístico”, publicado em “O direito à fala”, organizado por Fábio Lopes da Silva e Heronides Maurílio de Melo Moura.

⁷ Termo utilizado por Phillipson, R. e Skutnabb-Kangas, T. (*Linguicide and Linguicism*. In: Globalization and Learning. The Third Oxford Conference, 21-25 September 1995, New College, Oxford, UK, 1995.) para definir a morte causada de uma língua, em alusão ao termo “genocídio”.

coleguinhas que dominam a norma padrão. “Eu tenho línguua, você não teeem”, dizem inconscientemente os filhos da burguesia, e escutam calados e também de forma inconsciente os filhos bastardos da desigualdade social.

Marcos Bagno chamou a estes de “*os sem-língua*” (2005, p.17). Frequentemente discriminados por utilizarem uma variedade de português que não é a padrão, sendo por isso “desprestigiada, ridicularizada, alvo de chacota e de escárnio por parte dos falantes do português-padrão ou mesmo daqueles que, não falando o português-padrão, o tomam como referência ideal” de língua (2005, p. 16-17).

Segundo Bagno, difundir a norma padrão como a única válida, além de propagar o preconceito, faz com que seja desconsiderado o “alto grau de diversidade e de variabilidade” da fala brasileira tanto em nível social quanto geográfico (2005, p. 16).

Carlos Alberto Faraco afirma, no texto “Por uma pedagogia da variação lingüística”, apresentado numa mesa-redonda do II Ciclo de Eventos em Lingüística⁸, que a idéia frustrada de uniformização da língua brasileira começou no século XIX:

“Em geral, a fixação de um certo padrão responde a um projeto político que visa impor uma certa uniformidade onde a heterogeneidade é sentida como negativa (como “ameaçadora de uma certa ordem”). Foi esse o caso do Brasil do século XIX em que uma certa elite letrada, diante das variedades populares (em particular do que se veio a chamar pejorativamente de “pretoguês”) e face a um complexo jogo ideológico (em boa parte assentado em seu projeto de construir um país branco e europeizado), trabalhou pela fixação de uma norma-padrão”. (2004, p. 8)

Para o autor, a distância que havia naquela época, e que se sustenta ainda hoje, entre as normas gramaticais e o uso feito da língua pelas classes cultas tornou a norma-padrão “impraticável e disfuncional”, o que favorece a difusão da “cultura do erro”.

No entanto, Faraco salienta que não há necessidade da imposição de uma norma-padrão se o objetivo é proteger a unidade das variantes cultas:

“Não há qualquer indício de risco à relativa unidade das variedades cultas. Bem ao contrário: as circunstâncias históricas – ou seja, a intensa urbanização da população brasileira, as novas redes de relações que se estabelecem no espaço urbano e suas respectivas pressões niveladoras, a presença quase universal dos meios de comunicação social e a própria expansão (ainda que precária) da escolaridade – em boa medida a favorecem” (2004, p.9)

⁸ Evento promovido pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (PR), em outubro de 2004.

E conclui:

“Diante desses fatos, talvez possamos mesmo abrir mão de projetos padronizadores, direcionando nossas energias para o que efetivamente interessa: de um lado, a descrição e a difusão das variedades cultas faladas e escritas; e, de outro, o combate sistemático aos preconceitos que, em nome de uma norma-padrão artificialmente fixada, ainda circulam entre nós quer na desqualificação da língua portuguesa do Brasil, quer na desqualificação de seus falantes”. (idem)

Não há como congelar uma língua e parar com suas transformações. Não há, portanto, motivos para que se defenda o uso de uma só variante em detrimento das outras, com a justificativa de unificar e padronizar a língua, principalmente quando a escolha dessa variante traz aspectos que se refletem de maneira tão discriminatória na sociedade.

A variação é uma característica das línguas, de todas as línguas. As mudanças a que são suscetíveis acontecem em todos os níveis: fonético, fonológico, morfológico, lexical, sintático, semântico e pragmático. Para José Luiz Fiorin,

“A variação é inerente às línguas, porque as sociedades são divididas em grupos: há os mais jovens e os mais velhos, os que habitam numa região ou outra, os que têm esta ou aquela profissão, os que são de uma ou outra classe social e assim por diante. O uso de determinada variedade lingüística serve para marcar a inclusão num desses grupos, dá uma identidade para os seus membros. (...) Saber uma língua é conhecer suas variedades. Um bom falante é ‘poliglota’ em sua própria língua. Saber português não é só aprender regras que só existem numa língua artificial usada pela escola. As variantes não são fáceis ou bonitas, erradas ou certas, deselegantes ou elegantes, são simplesmente diferentes. Como as línguas são variáveis, elas mudam”. (in MOURA & SILVA, 2000, p.28)

Ora, se uma variante é escolhida como a certa, todas as outras são erradas. Conseqüentemente, as outras características atribuídas aos usuários da variante errada, são também erradas. É claro que essa ligação não é feita explicitamente, mas intuitivamente e, fazendo jus ao conceito de preconceito, sutilmente. É o que salienta

Bagno:

“A estigmatização se torna um problema social ainda mais grave quando o rótulo de ‘erro’ passa a ser automaticamente aplicado a todas as demais características físicas e psicológicas bem como a todos os outros comportamentos sociais do falante que se serve da forma lingüística desprestigiada. De fato, o suposto erro lingüístico parece desencadear uma série de avaliações negativas lançadas sobre o indivíduo, numa cadeia de causas e conseqüências que, por ser essencialmente ideológica, só pode ser falsa: alguém *fala* errado porque *pensa* errado, porque *age* errado, porque *é* errado...” (2003, p.149)

De acordo com José Luiz Fiorin, se o conceito de correção for aplicado ao grau de “originalidade” ou estaticidade de uma língua, como tanto desejam os gramáticos conservadores, o nosso próprio idioma seria, por si só, um erro, já que é oriundo de uma variante popular do latim:

“Todas as línguas apresentam variantes: o inglês, o alemão, o francês, etc. Também as línguas antigas tinham variações. O português e outras línguas chamadas românicas provêm de uma variedade do latim, o chamado latim vulgar (popular), muito diferente do latim culto. Além disso, as línguas mudam. O português é muito distinto do português clássico. Se fôssemos aceitar a idéia de estaticidade das línguas, deveríamos dizer que o português inteiro é um erro e, portanto, deveríamos voltar a falar latim. Ademais, se o português provém do latim vulgar, poder-se-ia afirmar que ele está todo errado. Essas duas conseqüências das idéias de uniformidade e estaticidade presentes na noção de língua desse ‘guardião’ da correção bastariam para mostrar seu absurdo. O preconceito não tem originalidade, surge sempre da intolerância em relação à variação e à mudança”. (in MOURA & SILVA, 2000, p.27)

Infelizmente, no Brasil, o orgulho de ser um país de misturas não se aplica à própria língua. Nos orgulhamos de possuir, numa só nação, tantos tipos de culinárias, culturas, raças, credos, mas não encaramos com o mesmo olhar diante de construções diferentes das escritas naquele velho livro igapó (Gramática Tradicional).

É evidente que a idéia de unificar um país pela língua para manter a sua identidade frente às outras nações não é, por si só, justificável. Não há um projeto de unificação das culturas do Brasil e nem por isso somos um país sem marcas identitárias lá fora. Orgulhem-nos de possuir as variedades, de ser um país de diferenças e respeitos às singularidades também no tocante à língua.

3.3 QUER DIZER, ENTÃO, QUE “VALE TUDO”?

Aos olhos da sociolinguística, a língua é vista como um conjunto complexo de variedades. Mas isso não significa que “vale tudo”. Prega Willian Labov que à heterogeneidade lingüística não se aplica uma imagem caótica, pois ela se dá de maneira ordenada. Segundo ele, a variação é condicionada a fatores lingüísticos internos (construída intuitivamente pelo falante) e externos (socio-culturais).

Não vamos nos aprofundar nas teorias sociolinguísticas, mas não podemos concordar com as acusações de que os lingüistas aceitam qualquer coisa como possível. Fiorin tenta explicar esse fato:

“Quando se procura desmontar o preconceito lingüístico, dizem os gramáticos que os lingüistas estão destruindo o idioma, porque para eles vale tudo. Não é

verdade. Esse argumento é fruto do desconhecimento do que seja a Lingüística, assim como a estreiteza prescritivista é originária do desconhecimento da complexidade maravilhosa da linguagem humana, do enfraquecimento da capacidade de reflexão lingüística”. (in MOURA & SILVA, 2000, p.35)

Ao contrário do que se diz, os lingüistas defendem que o falante tenha acesso a todas as variantes, principalmente a norma padrão, pelo viés político que contém. É o que prega Faraco:

“Como se supõe que para os lingüistas ‘tudo vale na língua’, supõe-se que também eles são contrários ao ensino das variedades cultas. (...) E, no entanto, os lingüistas não só têm defendido que o ensino dê aos alunos acesso às variedades cultas, como têm também desenvolvido uma compreensão mais refinada do próprio fenômeno das variedades cultas”

A sociolingüística, então, parte do princípio de que o falante deve conhecer todas as variações de sua língua e saber aplicá-las no contexto certo. Para Celso Luft, “vale o que a comunidade dos falantes tacitamente (raro explicitamente) determinar que vale. A língua é auto-determinada pelos seus usuários” (1985, p.17). Ou seja, o falante deve se valer de suas variações para se comunicar de forma eficaz e em conformidade com o contexto em que está inserido. A essa habilidade, foi dado, na sociolingüística, o conceito de competência⁹. Vale a pena citar outra comparação metafórica de Bagno:

“Uma das principais tarefas do professor de língua é conscientizar seu aluno de que a língua é como um grande guarda-roupa, onde é possível encontrar todo tipo de vestimenta. Ninguém vai só de maiô fazer compras num shopping-center, nem vai entrar na praia, num dia de sol quente, usando terno de lã, chapéu de feltro e luvas...” (2005, p.130)

Segundo ele, para uma utilização correta da língua, deve-se encontrar o ponto de equilíbrio entre os eixos da *adequabilidade* e da *aceitabilidade*. Empregando a variação certa no contexto certo, ou seja, de modo adequado, o discurso proferido pelo falante será aceito pelo ouvinte e não haverá preconceito por parte do mesmo.

Todavia, algumas variantes parecem excluídas dos contextos públicos. São justamente as mais estigmatizadas, as usadas por pessoas que não tiveram acesso à

⁹ A definição de “competência” é dada por Hymes: “Dentro da matriz social em que adquire o sistema grammatical, a criança adquire também o sistema de seu uso, no que diz respeito às pessoas, aos lugares, aos propósitos, aos outros meios comunicativos, etc. – todos os componentes de eventos comunicativos, junto com as atitudes e crenças a respeito deles. Desenvolvem-se também padrões de uso seqüencial da língua em conversações, em endereçamentos, em rituais padrões, e outros. Nessa aquisição reside a competência sociolingüística da criança (ou, amplamente, a competência comunicativa), sua habilidade de participar da sociedade não apenas como um falante, mas como um membro que se comunica”. HYMES, Dell. *Foundations in sociolinguistics: an ethnographic approach*. London: Tavistock, 1974.

norma padrão. Nessa conjuntura é válido perguntar: É certo permitir e propagar a idéia de que essas pessoas não sabem falar a própria língua? É justo colaborar com o constrangimento que impede que essas pessoas tenham voz em contextos sociais?

Corrigindo a idéia de que “vale tudo”, pode-se dizer que tudo é possível desde que sejam respeitados os limites dos campos da adequação e aceitação referentes ao contexto da fala. Esse é, certamente, um modo mais democrático, menos excludente, de pensar a política da língua.

Capítulo 4

O poder potencializado da língua (e do preconceito) na mídia

Por tudo que foi dito, até agora, podemos constatar o enorme valor político que a língua possui. O preconceito, que é mais social que lingüístico, é uma prova de que há fortes relações de poder entre língua e sociedade. Marcos Bagno, autor do livro “*Preconceito Lingüístico*”, chega a dizer em obra escrita posteriormente, “*A norma oculta*”, que não existe preconceito lingüístico, mas preconceito social:

“Nas relações entre língua e poder o que realmente pesa é o prestígio ou a falta de prestígio social do falante, e que esse critério muitas vezes prepondera sobre os elementos estritamente lingüísticos presentes em seu modo de falar”. (2003, p.70)

Associado, porém, ao poder da mídia, o poder da língua alcança proporções inimagináveis. A mídia, rainha do posto de “quarto poder” no Brasil, tem ultimamente alçado as questões lingüísticas a nível nacional.

Segundo Dino Preti, a mídia é tão poderosa que interfere na norma, como faz, em primeiro lugar a escola e, em segundo, a literatura, condicionando os falantes a determinados moldes de língua:

“Os meios de comunicação de massa constituiriam o terceiro e o mais importante fator determinante que atua sobre a norma, criando (pelo menos em nossos dias) um verdadeiro condicionamento lingüístico e até social. Eles agem, não apenas no sentido positivo, divulgando a língua comum, a norma das comunidades urbanas, contribuindo para a nivelção das estruturas e do léxico, mas também, lamentavelmente, sobre o próprio falante, no sentido de restringir-lhe as maneiras de dizer, diminuir-lhes as possibilidades criativas na linguagem, automatizá-lo, fazendo-o pensar, falar e, conseqüentemente, agir dentro de padrões predeterminados”. (1974, p.53).

Falar de língua na mídia é uma faca de dois gumes, pois, ao passo que contribui para a semente da variante padrão, também difunde os espinhos do preconceito. Segundo Fiorin, os meios de comunicação são, atualmente, os maiores propagadores da discriminação:

“Os preconceitos lingüísticos difundem-se muitas vezes pela escola. No entanto, modernamente, há uma fonte mais forte de disseminação do preconceito lingüístico: gramáticos que pontificam em colunas de jornais, em programas de rádio e de televisão, em manuais de questões vernáculas e que são considerados especialistas em língua portuguesa. À semelhança dos consultórios sentimentais, dão consultoria gramatical. A mídia, por meio desses autodeclarados especialistas, é uma das maiores disseminadoras do preconceito lingüístico.” (in MOURA & SILVA, p.26)

Em ratificação à afirmação de Fiorin, o professor Marcos Bagno afirma:

“O fantasma do Marquês de Pombal¹⁰ volta a nos assombrar: nos últimos anos temos presenciado, no Brasil, um recrudescimento de atitudes de purismo lingüístico ultraconservador, que encontram seu lugar privilegiado nos meios de comunicação. Realmente, e infelizmente, a mídia brasileira é hoje a principal responsável pela preservação e divulgação do preconceito lingüístico (isto é, social) mais explícito”. (A norma oculta p.104)

Vejamos, agora, dois exemplos de como esse preconceito vem sendo divulgado nos jornais impressos e de que forma são vistos pelos lingüistas.

4.1 Caso Dora Kramer

Em “A norma oculta”, o professor Marcos Bagno cita o trecho de uma coluna chamada “Coisas de política”, publicada no dia 10/11/2002 no *Jornal do Brasil*, assinada pela jornalista Dora Kramer. Segue abaixo a transcrição do excerto:

Castiço

“Dúvida pertinente: até quando será considerado politicamente correto ignorar que o presidente eleito do Brasil comete crassos e constantes erros de português? Queira Deus que, em breve, o assunto já possa ser abordado sem provocar grandes traumas, porque, daqui a pouco, será preciso rever os currículos das escolas do ensino básico a fim de adaptar as lições sobre plural e concordância ao idioma que as crianças ouvem o presidente falar na televisão”. (2003, p.13)

Aqui vemos claramente o quão discriminatória pode ser uma crítica ao modo de falar de uma pessoa. Segundo Marcos Bagno,

“discriminar alguém por ser negro, índio, pobre, nordestino, mulher, deficiente físico, homossexual etc já começa a ser considerado ‘publicamente inaceitável’ (lembrando que o discurso do ‘politicamente correto’ é quase sempre hipocrisia), fazer essa mesma discriminação com base no modo de falar da pessoa é algo que passa com muita ‘naturalidade’, e a acusação de ‘falar tudo errado’, ‘atropelar a gramática’ ou ‘não saber português’ pode ser proferida por gente de todos os espectros ideológicos, desde o conservador mais empedernido até o revolucionário mais radical” (2003, p.16).

Por isso, o preconceito é sutil. Por isso, as vítimas do preconceito não se reconhecem como tal. Por isso, é difícil de percebê-lo e dar cabo dele.

¹⁰ Bagno explica que o primeiro-ministro português, Marquês de Pombal, em 1757, foi quem proibiu o ensino de “qualquer outra língua em território brasileiro que não fosse a portuguesa” (2003, p.77). Nessa época dominaram línguas baseadas em tupi e tupinambá (Língua Geral Amazônica).

Da mesma forma que um proprietário de uma Ferrari joga lama nos pedestres em dia de chuva, fazem esses jornalistas que acreditam serem os donos da verdade, os donos da gramática, os donos da língua.

“Frequentemente, esses acusadores, por atribuírem a si mesmos um conhecimento lingüístico superior, acima da média, denunciam *erros* também na fala de membros de sua própria classe social e lamentam o ‘descaso’, até mesmo dos falantes ‘cultos’, pela ‘língua de Camões’”. (BAGNO, 2003, p. 22)

Como prega Evanildo Bechara, o conhecimento lingüístico superior não significa conhecer bem a gramática normativa, mas conhecer e saber aplicar todas as variantes da língua no contexto certo. Ser um poliglota de uma língua só.

4.2 Caso João Gabriel de Lima

A matéria de Capa da *Veja* de 7 de novembro de 2001¹¹ destaca o crescimento dos cursos de oratória e o alcance dos ensinamentos sacrossantos dos gramáticos puristas. No subtítulo da matéria “Falar e escrever, eis a questão”, o jornalista João Gabriel de Lima afirma que “expressar-se em português com clareza e correção é uma das maiores dificuldades dos brasileiros”. Segundo ele, é por esse motivo que o professor Pasquale Cipro Neto tornou-se um “nome nacional” “ensinando” a língua.

Lima ressalta que o professor é um “fenômeno de mídia” que “além de levantar a audiência da TV, ajuda a vender publicações”. O jornalista afirma na matéria que a circulação dominical de *O Globo* aumentou 40% por causa de um encarte com exercícios de português e quase dobrou a venda de *Época* quando republicou o fascículo.

Ele salienta que “Pasquale também é um sucesso no rádio, em livros, em palestras e em CD-ROM”, e destaca que o professor não é o único que ficou conhecido em nível nacional por “ensinar brasileiros a falar e escrever melhor”.

É difícil imaginar que essa magnitude de divulgação sirva para propagar idéias tão segmentistas e preconceituosas como a de que “o português é um idioma que de tão maltratado no dia-a-dia dos brasileiros precisa ser divulgado e

¹¹ Ver Anexo 3.

explicado para os milhões que o têm como língua materna”¹², ou que “estamos nivelados por baixo”¹³ ou que “existe, ainda, um modelo invisível para o estado trágico em que se encontra o português do Brasil: a má intenção”.¹⁴

Na mesma matéria, Lima propaga preconceitos não menos discriminatórios. Na página 109 da edição, ele afirma que “quem lê interioriza as regras gramaticais básicas e aprende a organizar o pensamento”.

Ora, uma assertiva dessas poderia levar o leitor a concluir que um analfabeto jamais poderia formular uma frase que fizesse sentido ou que teria uma defasagem de raciocínio, o que é um absurdo. A expressão escrita pode ajudar a organizar a estrutura, a lógica e o sentido, mas as regras gramaticais nada têm a ver com a forma com que os pensamentos são organizados.

No parágrafo anterior a esse, Lima diz que os cursos de oratória estão se adaptando para receber “jovens em início de carreira que querem aprender a se expressar de forma clara e simples”. O jornalista deveria explicar também como foi que esses jovens conseguiram se formar sem dominar a clareza e a simplicidade da própria língua? Sem essa capacidade, como conseguiram se comunicar? Creio que, na verdade, esses jovens estariam buscando adotar uma outra variante da língua para usá-la nos contextos adequados, como em ambiente de trabalho, por exemplo, o que não tem nada a ver com clareza e simplicidade¹⁵.

O preconceito maior do jornalista, no entanto, é em relação aos sociolinguistas que buscam desmistificar equívocos desse tipo. Prega João Gabriel na página 112:

“Pasquale, no entanto, não é uma unanimidade. Esteja em São Paulo, Macapá ou Passo Fundo, inevitavelmente ouve críticas. Elas ecoam o pensamento de uma corrente relativista, que acha que os gramáticos preocupados com as regras da norma culta prestam um desserviço à língua. De acordo com essa tendência, o certo e o errado em português não são conceitos absolutos. Quem aponta incorreções na fala popular estaria, na verdade, solapando a inventividade e a auto-estima das classes menos abastadas. Isso configuraria uma postura elitista. Trata-se de um raciocínio torto, baseado num esquerdismo de meia-pataca, que idealiza tudo o que é popular – inclusive a ignorância, como se ela fosse atributo, e não problema, do ‘povo’. O que esses acadêmicos preconizam é que os ignorantes continuem a sê-lo. Que percam oportunidades de emprego e a conseqüente chance de subir na vida por falar errado”.

¹² Excerto da referência feita por Fiorin, em O direito à fala, em relação à entrevista dada por Pasquale Cipro Neto à revista *Veja* publicada em 10/07/1997.

¹³ *idem*

¹⁴ *idem*

¹⁵ ver matéria publicada em 09/04/2006 no *Correio Braziliense*, de autoria de Dad Squarisi, intitulada “Exibidos & Bobocas”, em anexo

Essa matéria rendeu muitos comentários e críticas dos sociolinguistas. Primeiro, porque o jornalista reduz uma ciência (sociolinguística) a uma “tendência”. Depois, faz uma análise totalmente infundada alegando se tratar de um “raciocínio torto”, que “idealiza a ignorância”.

Ora, pode-se garantir que nenhum linguista pretende exaltar desconhecimento, nem diminuir a importância da aquisição de conhecimento linguístico. Pelo contrário, como já foi dito nesse trabalho, os linguistas defendem o acesso e o estudo das normas gramaticais.

Em *Linguagem e Escola*, a professora Magda Soares destaca que:

“Um ensino de língua materna comprometido com a luta contra as desigualdades sociais e econômicas reconhece, no quadro dessas relações entre a escola e a sociedade, o direito que têm as camadas populares de apropriar-se do dialeto de prestígio, e fixa-se como objetivo levar os alunos pertencentes a essas camadas a dominá-lo, não para que se adaptem às exigências de uma sociedade que divide e discrimina, mas para que adquiram um instrumento fundamental para a participação política e a luta contra as desigualdades sociais”. (1986. p.78)

Marta Scherre salienta:

“Ênfase: não sou contra a gramática normativa (nenhum linguista tem esta postura): sou contra, sim, sua veneração cega, que gera necessariamente seu uso equivocado, humilhando o ser humano por meio do que ele tem de mais característico: o dom de dominar a própria língua.” (2005, p.71)

Segundo Scherre, uma pessoa da mídia, ao assumir

“uma postura cegamente normativa, pode contribuir de forma negativa em termos sociais, reforçando o preconceito e ridicularizando as pessoas, que estão, em verdade, usando formas vernáculas – algumas ainda não registradas pela tradição gramatical, embora do domínio de todos e por todos internalizadas” (2005, p.67)

Sírio Possenti concorda e diz adotar “sem qualquer dúvida o princípio (quase evidente) de que o objetivo da escola é ensinar o português padrão, ou, talvez mais exatamente, o de criar condições para que ele seja aprendido”. E ressalta: “qualquer outra hipótese é um equívoco político e ideológico” (1998/2000, p. 17-18).

Possenti e Marcos Bagno foram dois dos linguistas que responderam a matéria de João Lima. Ambos divulgaram, no dia 06/11/2001, na página eletrônica www.primapagina.com.br¹⁶ as cartas que gostariam de enviar à *Veja*. Segue um trecho retirado de “Longa matéria”¹⁷, de autoria de Possenti:

¹⁶ Site consultado dia 15 de maio de 2006, às 12:33 hs.

¹⁷ Ver Anexo 4.

“De fato, não há um só variacionista que não seja adepto do ensino do padrão lingüístico nas escolas. Talvez eles divirjam, até entre si mesmos, quanto aos métodos para atingir o alvo. Além disso, alguns podem ser mais e outros menos conservadores em relação ao padrão. Provavelmente, todos acham que estigmatizar os alunos prejudica o próprio acesso ao padrão. Todos pensam que aprender ou não o tal padrão não é apenas uma questão de vontade, mas também de valores”. (2001b, p.2)

Em 13 de novembro do mesmo ano, Possenti acrescenta em “Ainda sobre a matéria da *Veja*”¹⁸:

“Nenhum variacionista disse ou escreveu que a questão da variação lingüística tem alguma relação com criatividade. O que um variacionista diria (eles o dizem) é que considerar simplesmente que o povo fala errado é um equívoco do ponto de vista da análise dos dados e do ponto de vista da história de uma língua. Variacionistas criaram quase um slogan: não há erro, há diferença. E isso é absoluta verdade. Ou seja, a definição de erro nunca se faz com base no sistema da língua, mas com base em critérios sociais ou de gosto. Que variam historicamente. É por isso que muitas construções que já foram corretas desapareceram e muitas que estiveram ‘erradas’ (desde o *Appendix Probi*) foram depois consideradas corretíssimas. Você sabia que, por exemplo, a palavra ‘pêssego’ poderia ser considerada, pelos critérios que a matéria de *Veja* adotou, uma forma deturpada (porque veio de persicu – de Pérsia, isso mesmo – e o *r* caiu)? Que ‘igreja’ poderia ser considerada uma palavra horrível, porque deriva de ‘ecclesia’, e que nela, entre outras coisas, verifica-se o mesmo processo que há em ‘crasse’, (de ‘classe’), isto é, um *l* virando um *r* em meio de sílaba?” (2001b)

Possenti acrescenta ainda que a questão a ser tratada não é de criatividade, mas de auto-estima:

“Muitos alunos não escrevem, nem imaginam que são tão inteligentes quanto outros, simplesmente porque foram convencidos de que falam errado, de que não sabem falar. Este é o profundo mal que o ponto de vista que *Veja* espousa faz ao país: grande parte da população imagina que é errada. Muitos alunos são enviados a médicos e a psicólogos, ou a fonoaudiólogos, simplesmente porque não falam o português padrão e, em consequência, trocam letras ou separam palavras “juntas” ou juntam palavras “separadas”. O país está cheio de falsos sabidos que ganham quantias enormes de dinheiro repetindo sua ignorância e apostando que a dos outros é ainda maior”. (2001b, p.2)

4.3 Caso Dad Squarisi

Um dos exemplos escolhidos por Marta Scherre (2005) foi veiculado no jornal de maior circulação em Brasília, o *Correio Braziliense*. O texto selecionado é da colunista Dad Squarisi, da seção “A última do Português”. No dia 11/03/95, o título era “Pancadaria ao som de Vivaldi”, de onde se extrai:

“A concordância foi nocauteada. Nem a reconhecida força aliada à limitada inteligência de Mike Tyson teria sido capaz de bater com tanta força. *A gente*

¹⁸ Ver anexo 5.

organizamos. Eles garante. O pessoal pegaram a idéia. As promessa da campanha começa a ser mudada. Trabalhadores metalúrgico do ABC. Movimentos pelas direta (itálicos no original)”.

Segundo Scherre, essas construções são bastante estudadas pelos linguistas e não são específicos da oralidade do português brasileiro. Em seu livro, a professora explica todos esses fenômenos. Vamos discutir aqui apenas dois deles:

a) “A gente organizamos”

Ela defende que “este tipo de concordância, mais referencial do que gramatical, é bastante generalizado no português europeu, mais do que no português brasileiro”. (2005, p.46)

Além disso, a professora lembra que essas opções de concordância possuem um caráter funcional. Em trabalho publicado em 1999, Naro Görsky & Fernandes verificaram que a alternância serve para marcar oposição de tempo. Scherre lembra ainda outros aspectos que influenciam na escolha do plural no verbo que vem depois de “a gente”.

“Para se entender o uso da forma plural com ‘a gente’ no português brasileiro há de se levar em conta, além de fatores sociais, aspectos lingüísticos tais como tempo verbal (pretérito vs. não pretérito) e tipo de sujeito (se expresso ou se oculto), além da saliência fônica na oposição singular/plural, aspecto também analisado pelos autores”. (2005,p.47)

b) “as promessas de campanha começa a ser mudada”

Esse fenômeno é interessante porque não se faz presente só na oralidade. Segundo Scherre, ocorre também em escrita monitorada da mídia brasileira e portuguesa. Ela apresenta exemplos retirados de jornais, livros e revistas.

- “As *ameaças* dos bombardeios da Otan *provocou* um agudo incremento das atrocidades provocadas pelo exército e forças paramilitares sérvias” (*Correio Braziliense*, 26/04/1999, Mundo, “Julguem os EUA por suas ações” p.5).
- “Nos supermercados, os *reajustes* dos produtos fornecidos por oligopólios *começou* há um mês, deixando os alimentos essenciais para trás na corrida das remarcações” (*Estado de Minas*, 13/3/94, Economia – Manchete, p.1, c.2).
- As novas *atribuições* dos prefeitos *faz* crescer a resistência à reforma agrária (*Folha de S. Paulo*, 10/09/95, Brasil, p.1-12, c.1 “Municípios atuam como ‘cidades-estados’”).

- As *semelhanças* entre os dois talvez *tenha* ajudado (*Folha de S. Paulo*, 4/10/1992, p.1-12, c.1, “Namorada trabalha e diz que detesta badalações”).

Pois é, até os jornalistas, que têm na língua o seu instrumento de trabalho, trazem para a escrita os traços da oralidade, deixando as regras da gramática de lado. Não é só por descuido que fazem isso. É porque essa construção tem lógica e faz sentido para eles. Para eles e para todos os leitores. Somente uma análise mais detalhada consegue captar a falta de concordância. Se não, como é que esses textos passariam pelas mãos do jornalista, do editor, talvez até de um revisor, sem que fosse notada a ausência de concordância plural com o núcleo do sujeito no plural???

Capítulo 5

Dicas de preconceito

Infelizmente não é difícil encontrar exemplos de preconceito lingüístico nos jornais brasileiros. Para analisar esse fenômeno, foi escolhida uma outra coluna de Dad Squarisi, chamada “Dicas de Português”. Os exemplos citados aqui, foram retirados dos meses de abril e maio do ano de 2001.

Podia ser mentira, mas no dia 1º de abril do mesmo ano, a colunista publicou uma notinha intitulada “Indigestão”¹⁹ sobre o comentário de Galvão Bueno em uma partida de futebol. Segue, na íntegra:

“Pior que o fiasco da seleção em Quito? Só o comentário de Galvão Bueno. ‘A equipe precisa de mais treno’, disse o chato de galocha. Ele engoliu o **i** do ditongo **ei**. As casadinhas pronunciam-se do mesmo jeito em *treino* e *brasileiro*. Que indigestão!”

Para diminuir o desconforto estomacal da jornalista, podemos explicar que, na língua oral, a redução do ditongo “ei” para a vogal “e” é um fenômeno comum na fonética e atende pelo nome de “monotongação”. Segundo a lei do menor esforço da fonética, o falante prefere utilizar as formas que facilitam a emissão de fonemas pelos órgãos fonadores.

Muitas palavras que vieram do latim sofreram a monotongação para se transformarem na forma usada por nós hoje. É o caso de paomba>pomba, caente>quente, maor>mor.

O fenômeno, muito pesquisado atualmente, também é percebido em: caixa>caxa, peixe>pêxe, beijo>bêjo, queixo>quêxo, queijo>quêjo.

No quarto dia dos mesmos mês e ano, Squarisi escreveu, sob o título “Decepção”²⁰, a nota:

“O Ari Ribeiro é louquinho por esporte. Vê a partida pela tevê. No dia seguinte, devora os jornais. E fica de mau humor. Por duas razões. Uma: tem conjugado o verbo perder com indesejável frequência. A outra: os jornais inventaram uma regência para o verbinho derrotado. Usam ‘perder para’ (o Brasil perdeu para o Equador). Cruz-credo! O time perde **de** outro **por** tantos gols: *O Brasil perdeu do Equador por 3 a 2.*”

¹⁹ Ver Anexo 6.

²⁰ Ver Anexo 7.

Por mais que a colunista fique indignada com a “nova regência”, o seu uso já está consagrado e a mensagem a ser transmitida também. Aqui ela não atenta para o fato de que a construção “O time perde **de** outro **por** tantos gols” raramente é usada, tanto em língua oral quanto escrita. No entanto, em 13 de maio²¹ Squarisi afirma:

“O Paulo Renato foi ao laboratório. Estava ansioso. Pegou o resultado do exame. O bebê estaria a caminho ou não? Curioso, abriu o envelope. Lá estava. Positivo. Deu pulos. Correu pra casa. No caminho, encontrou o Sérgio. Contou a novidade:

_É a primeira gravidez?, perguntou o amigo.

_Não. Carla já teve duas...

Pintou a dúvida. Gravidezes? Soou esquisito. Explica-se. O plural existe. Mas não se usa. Prefira gestações.”

Ou seja, por mais que a colunista tenha conhecimento de que a forma existe, ela aconselha a não usar, pois não é comum, “soou esquisito”. Ora, também não soa esquisito dizer que “O Brasil perdeu **do** Equador **por** 3 a 2”? Mais um indício de que as regras em relação ao uso de determinadas construções são relativas e não têm muito a ver com as normas gramaticais em si.

No dia 18 de abril²², Dad Squarisi afirma que ao tentar “limpar a barra” na tribuna, Jader Barbalho não convenceu porque “elegeu o inimigo errado”. Segundo ela, “quem apanhou foi a língua”. Dad ressalta que “a pobre levou pancadas a torto e a direito”, que “a concordância sofreu”, que “as regências padeceram” e que “os pronomes pediram socorro”.

Meu Deus! É como se o pobre Barbalho fosse um extraterrestre que desceu na Câmara Legislativa para falar na língua dele para todos os intergalácticos de passagem pelo Brasil. Que idioma, afinal, o deputado peemedebista estava falando? Por mais que tenha se exaltado, ele estava, com certeza, querendo interpelar e ser entendido pelos demais. Marcos Bagno acrescenta:

“É como se a língua não pertencesse a cada um de nós, não fizesse parte da nossa própria materialidade física, mas estivesse escrita dentro de nós – por isso ela pode ser ‘maltratada’, ‘pisoteada’, ‘atropelada’: a língua é vista como um Outro”. (2003, p.18)

5.1 E o preconceito perdura...

²¹ Ver Anexo 8.

²² Ver Anexo 9.

Cinco anos depois, consultando os meses de março e abril podemos constatar que pouca coisa mudou na coluna de Dad Squarisi. Talvez por ter recebido tantas críticas dos variacionistas, a colunista abrandou as iras e tem usado termos com mais eufemismo, como veremos. No entanto, ela não deixou de criticar e discriminar os falantes da língua portuguesa do Brasil.

Sob o título “Questão de Preferência”²³, publicada em 8 de março de 2006, Squarisi critica a afirmação de Ronaldinho Fenômeno. Dizia ele: “Prefiro carinhos do que vaias”. Foi o suficiente para a colunista arrepiar: “Ops! Cala-te boca! Depois dessa, a conclusão é uma só. Se Ronaldinho pisar a bola como pisa a língua, os afagos desaparecerão para sempre”.

Não sou a favor de que se consagrem usos que afrontem a gramática, mas creio que algumas construções já estão tão generalizadas que é mais fácil adaptar a gramática aos falantes da língua que o contrário. É o caso da regência do verbo “preferir”. Não tenho conhecimento sobre pesquisas nesse sentido, mas não é necessário um dado estatístico para constatar que na língua oral é raríssimo ouvir a forma descrita nas gramáticas normativas (*Preferir carinhos à vaias*).

É difícil crer que a torcida de Ronaldinho deixaria de ser fã do Fenômeno por causa de uma construção tão praticada quanto o futebol no Brasil.

No dia 5 de abril, outra vez Squarisi critica um uso da língua oral. Na notinha “Uma metade”²⁴, Dad fala das “elegantes paulistas” que consideram Lu Alckmin “melhor vestida” que a primeira dama, Marisa Letícia. A colunista afirma que “Gosto não se discute. Mas língua sim”. Para Squarisi, “elas tropeçaram no português nosso de todos os dias. Nas aulas de gramática, aprenderam a lição pela metade”.

De acordo com ela, “na comparação, *mais bem, mais mal, mais bom e mais mau* quase nunca têm espaço. Eles dão a vez a *melhor e pior*”. Pois bem, as senhoras da alta classe usaram esse artifício justamente para não incorrer no erro estigmatizado citado por Squarisi. Em vez de dizerem que “Lu Alckmin é mais bem vestida que Marisa”, usaram o “melhor vestida”, que apesar de não constar na gramática, não é vista com desprezo pela sociedade em geral.

Ainda sobre o tema *mais bom* Vs. *melhor*, a colunista destaca em “Toque de bola”, publicada no dia 19 de abril, a conversa entre Roberto Carlos e Robinho, ambos craques da Seleção Brasileira de Futebol:

²³ Ver anexo 10.

²⁴ Ver anexo 11.

“Outro dia, Clara Arreguy ficou à toa na vida. Sem compromisso profissional ou familiar, resolveu passear pelos canais de televisão. No vaivém, uma diálogo a fez tremer nas bases. Roberto Carlos e Robinho, depois de belas jogadas, comentaram sorrindo:

Roberto Carlos: __ Bons esses lançamentos, não?

Robinho: __ Melhor só os do nosso banco.

Clara murchouuuuuuuuuuu. Apaixonada por futebol,, ficou preocupada. Uma questão lhe passou pela cabeça:

__ Nas disputas do mundial, eles tropeçarão na bola como tropeçam na concordância?

Otimista concluiu:

__ Futebol se joga com os pés, Às vezes com a cabeça, A língua, graças aos céus, não tem vez no campo.”

O tropeço que levou a personagem a duvidar do desempenho dos nossos jogadores foi a concordância de “melhor”. De acordo com Squarisi, o adjetivo deveria concordar com o parceiro “bons”. Se Clara não for pseudônimo de Dad, ela é tão purista quanto.

Qual é a percentagem da população que “murcharia” ao ouvir os dois jogadores comentando isso? Os dois adjetivos não estão nem na mesma frase. Mais ainda, nem foram ditos pela mesma pessoa. Mais uma vez entra em cena a condenação do uso vivo do idioma.

A conversa, inserida nesse contexto, passaria despercebida pela esmagadora maioria da população. Só assim, vendo as frases escritas e analisadas, percebe-se, de um jeito ainda não tão evidente, que há uma falta de concordância. Segundo Marta Scherre, pesquisadora do assunto, “no processo de concordância de número em português, fatores como a ruptura de ordem, a proximidade e o paralelismo formal, além das relações sintagmáticas subjacentes, podem também influenciar a presença de marcas explícitas de plural, quer nominais quer verbais”²⁵.

Enfim, fora a Copa do Mundo e nossos jogadores tão bons de língua quanto de bola, ainda nos sobram exemplos questionáveis de Dicas de Português.

“Olho pra frente”²⁶, alerta Squarisi em 30 de abril deste ano. A colunista destaca a observação feita pela jornalista Renata Vasconcelos na matéria sobre a previdência privada feita desde cedo pelos pais que já pensavam na aposentadoria dos bebês. No Bom-dia Brasil de quinta-feira (27 de abril), Vasconcelos disse: “Famílias tentam se precaver para o futuro”.

Segundo Dad, os ouvidos sensíveis de João Marcelo (outro pseudônimo?), reclamaram. “É pleonasma”, brada a colunista. É, Dad! Mas é um

²⁵ SCHERRE, Marta. *Doa-se lindos filhotes de poodle*: variação lingüística, mídia e preconceito. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p.29.

²⁶ Ver anexo 12.

pleonasma enfático, do qual a nossa língua está cheia. Serve para ressaltar uma expressão e não para marcar um vício de linguagem. Cabe uma piadinha contada por Possenti na já citada carta de resposta à *Veja*, “Longa matéria”.

“Aliás, um dos exemplos (há dez anos atrás) me fez lembrar uma excelente piada de Sílvio Back (conto o que me contaram). Tendo ouvido alguém dizer ‘X anos atrás’, pediu a palavra para dizer que se tratava de um pleonasma, porque ‘ânus é sempre atrás’”.

Capítulo 6

“Quando tudo está perdido, sempre existe uma luz”

Qual seria a reação da população se um especialista da moda dissesse que o povo brasileiro não sabe se vestir? O que as pessoas diriam a um bailarino profissional que saísse na mídia pregando que os brasileiros não sabem dançar? E se um gastrônomo dissesse que nós não sabemos temperar as nossas comidas típicas ou como combinar os elementos da nossa culinária? Por que, então, aceitamos calados às críticas dos que decoraram o que está escrito nos livros de gramática que não correspondem à língua que falamos desde que nascemos?

Esse “fenômeno de mídia”, como disse João Gabriel de Lima na *Veja*, é, segundo Marcos Bagno (2005), o quarto elemento do círculo vicioso (depois de Gramática Tradicional, Ensino Tradicional e Livros Didáticos) que nos prendem a essa ideologia que nos faz abaixar a cabeça para os puristas. Bagno batizou o movimento dos gramáticos na mídia de *neogramatiquice*. Temos, abaixo, mais exemplos do que são os verdadeiros ataques à língua falada no Brasil:

“O papel dos meios de comunicação nesse processo evidencia-se, nos dias que correm, pela força crescente de um movimento que denomino *neogramatiquice*, levado adiante por *comandos paragramaticais*: programas de rádio e de televisão, colunas de jornais e de revistas, manuais de redação de empresas jornalísticas, ‘consultórios gramaticais’ por telefone, páginas na Internet, CD-ROMS etc. Em todas essas manifestações da *neogramatiquice*, encontramos expressos os chavões a que me referi:

- ‘Fala-se mal o português. Ou melhor, fala-se errado’ (Sérgio Limoli, *IstoÉ*, 20/8/1997).
- ‘Só índio fala *pra mim* fazer’ (Eduardo Martins, *IstoÉ*, 20/8/1997).
- ‘Professor de português – um idioma que de tão maltratado no dia-a-dia dos brasileiros, precisa ser divulgado e explicado para os milhões que o têm como língua materna’ (Mario Sabino, *Veja*, 10/9/1997).
- ‘Atentados contra a língua portuguesa’ (Daniel Castro, *Folha de S. Paulo*, 26/10/1997).
- ‘Nunca se escreveu e falou tão mal o idioma de Ruy Barbosa’ (Arnaldo Niskier, *Folha de S. Paulo*, 15/1/1998).
- ‘A língua portuguesa propriamente dita é bastante difícil’ (Arnaldo Niskier, *O Dia*, 28/02/1999).
- ‘Basta pensar que a língua brasileira é outra. Uma pequena mostra de erros de redação coletados na imprensa revela que o português aqui transformou-se num vernáculo sem lógica nem regras’ (Marilene Felinto, *Folha de S. Paulo*, 04/01/2000).

Esses são alguns dos inúmeros exemplos de como a mídia (e aqui apenas a mídia impressa) participa ativamente do processo de consolidação da ideologia da Gramática Tradicional e, por meio dela, do preconceito lingüístico.” (2000, p.29)

O autor lamenta, em *Preconceito Lingüístico*, a atitude dos meios de comunicação de massa:

“É uma pena que seja assim. Todo esse formidável poder de influência dos meios de comunicação e dos recursos da informática poderia ser de grande utilidade se fosse usado precisamente na direção oposta: na destruição dos velhos mitos, na elevação da auto-estima lingüística dos brasileiros, na divulgação do que há de realmente fascinante no estudo da língua. Mas não é assim. Toda vez que alguém se põe a falar da situação lingüística no Brasil, é para repetir as mesmas queixas e lamúrias de cem anos atrás ou mais” (2005, p.77)

Imagine se todos os recursos dos meios de comunicação fossem usados assim, como aponta Bagno, no sentido contrário. Se os programas de TV exaltassem a beleza das variedades, se a mídia impressa se empenhasse em promover a auto-estima lingüística da população, se o rádio se utilizasse do alcance e do caráter democrático que tem para pregar que nós sabemos falar português sim, e que as nossas variedades lingüísticas são apenas mais um viés da multiplicidade cultural que torna o Brasil um país tão orgulhoso de suas misturas.

A nossa língua é linda assim: com todas as suas variações, dialetos, sotaques e gírias. Com todas as transformações de sentido, de forma, de emprego. É ao mesmo tempo tão complexa que nem os maiores estudantes conseguem compreender e tão simples que sai naturalmente da boca de uma criança.

Então, por que diminuir o valor dessa rica contradição? Por que valorizar um e não outro aspecto da língua? Por que se prender a um código normativo e fechar os olhos à vivacidade da língua livre do povo? Essa confusão entre gramática e língua é polemizada por Marta Scherre:

“Mais do que ensinar de forma rígida a gramática normativa, confunde-se gramática normativa com língua. Esquece-se que uma gramática normativa é normalmente a codificação de uma norma-padrão escrita com base em textos de escritores consagrados, acompanhada do registro de alguns aspectos lingüísticos das variedades de prestígio – as variedades associadas à fala da elite urbana dominante, que gozam de aceitação social. A língua real – sistema transmitido de geração em geração em circunstâncias naturais – é de riqueza e de complexidade ímpares, que ainda não se deixou descrever nem explicar, na sua totalidade, pelos lingüistas mais brilhantes. E esta mesma língua se rende à mente das crianças na mais tenra idade, que a dominam de forma invejável sem qualquer ensino formal”. (2005, p.42)

Completando Scherre: as crianças dominam a variante do contexto em que vivem. A variante usada por seus pais e familiares. Engana-se quem pensa que as diferenças entre os níveis sociais e de escolaridade são as criadoras, dentro desse contexto familiar, de um abismo entre as variedades internalizadas pelas crianças que

dominam as formas culta ou popular. Segundo Marcos Bagno, as evidências que mostram uma equivalência são maiores do que as que denotam um distanciamento entre as variedades:

“Sem dúvida, as semelhanças lingüísticas entre as variedades prestigiadas e as variedades estigmatizadas são muito mais numerosas do que as diferenças. No entanto, são justamente essas poucas diferenças que atraem a maior carga de estigma, preconceito e discriminação social”. (2003, p.73)

Ele acrescenta ainda que:

“o prestígio social das variedades lingüísticas das classes favorecidas, dominantes, não tem nada a ver com qualidades intrínsecas, com algum tipo de ‘beleza’, ‘lógica’ ou ‘elegância’ inerente e natural a essas maneiras de falar a língua. Esse prestígio social é uma construção ideológica: por razões históricas, políticas, econômicas é que determinadas classes sociais – e não outras – assumiram o poder, ganharam prestígio ou. Melhor, atribuíram prestígio a si mesmas.” (2003, p. 66)

É por isso que constatamos estar diante de uma forma de preconceito. Porque as críticas e segregações se dão sem uma base sedimentada. Porque não há uma razão racional (olha o pleonismo enfático em ação) para elogiar uma e criticar outra variedade.

No ponto que marca a intersecção entre língua e poder, a mídia, evidentemente, se volta muito mais para o lado negativo que para o positivo. Basta comparar: o que se vê na mídia no sentido de enaltecer o valor das variantes não-padrão da língua? E o que se vê na mídia no sentido de classificar esses usos em “certo” e “errado”.

Seria um grande passo na longa jornada contra o preconceito se a mídia seguisse o exemplo do Ministério da Educação que adotou em seus Parâmetros Curriculares Nacionais²⁷ algumas medidas para explicar e valorizar a riqueza das variações. O texto afirma que:

“Nas sociedades letradas (aquelas que usam intensamente a escrita), há a tendência de tomarem-se as regras estabelecidas para o sistema de escrita como padrões de correção de todas as formas lingüísticas. Esse fenômeno, que tem na gramática tradicional sua maior expressão, muitas vezes faz com que se confunda falar apropriadamente à situação com falar segundo as regras de .bem dizer e escrever., o que, por sua vez, faz com que se aceite a idéia despropositada de que .ninguém fala corretamente no Brasil. e que se insista em ensinar padrões gramaticais anacrônicos e artificiais. Assim, por exemplo, professores e gramáticos puristas continuam a exigir que se escreva (e até que se fale no Brasil!): O livro de que eu gosto não estava na biblioteca, Vocês vão assistir a um filme maravilhoso, O garoto cujo pai conheci ontem é meu aluno, Eles se vão lavar / vão lavar-se naquela pia, quando já se fixou na fala e já se

²⁷ Parâmetros Curriculares Nacionais, 1998. Disponível no site do Ministério da Educação: www.mec.gov.br. Consultado em 16 de maio de 2006, às 18:05 hs.

estendeu à escrita, independentemente de classe social ou grau de formalidade da situação discursiva, o emprego de: O livro que eu gosto não estava na biblioteca, Vocês vão assistir um filme maravilhoso, O garoto que eu conheci ontem o pai é meu aluno, Eles vão se lavar na pia.

Tomar a língua escrita e o que se tem chamado de língua padrão como objetos privilegiados de ensino-aprendizagem na escola se justifica, na medida em que não faz sentido propor aos alunos que aprendam o que já sabem. Afinal, a aula deve ser o espaço privilegiado de desenvolvimento de capacidade intelectual e lingüística dos alunos, oferecendo-lhes condições de desenvolvimento de sua competência discursiva. Isso significa aprender a manipular textos escritos variados e adequar o registro oral às situações interlocutivas, o que, em certas circunstâncias, implica usar padrões mais próximos da escrita.

Contudo, não se pode mais insistir na idéia de que o modelo de correção estabelecido pela gramática tradicional seja o nível padrão de língua ou que corresponda à variedade lingüística de prestígio. Há, isso sim, muito preconceito decorrente do valor atribuído às variedades padrão e ao estigma associado às variedades não-padrão, consideradas inferiores ou erradas pela gramática. Essas diferenças não são imediatamente reconhecidas e, quando são, não são objeto de avaliação negativa.

Para cumprir bem a função de ensinar a escrita e a língua padrão, a escola precisa livrar-se de vários mitos: o de que existe uma forma .correta. de falar, o de que a fala de uma região é melhor da que a de outras, o de que a fala .correta. é a que se aproxima da língua escrita, o de que o brasileiro fala mal o português, o de que o português é uma língua difícil, o de que é preciso .consertar. a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. Essas crenças insustentáveis produziram uma prática de mutilação cultural que, além de desvalorizar a fala que identifica o aluno a sua comunidade, como se esta fosse formada de incapazes, denota desconhecimento de que a escrita de uma língua não corresponde a nenhuma de suas variedades, por mais prestígio que uma delas possa ter. Ainda se ignora um princípio elementar relativo ao desenvolvimento da linguagem: o domínio de outras modalidades de fala e dos padrões de escrita (e mesmo de outras línguas) não se faz por substituição, mas por extensão da competência lingüística e pela construção ativa de subsistemas gramaticais sobre o sistema já adquirido. No ensino-aprendizagem de diferentes padrões de fala e escrita, o que se almeja não é levar os alunos a falar certo, mas permitir-lhes a escolha da forma de fala a utilizar, considerando as características e condições do contexto de produção, ou seja, é saber adequar os recursos expressivos, a variedade de língua e o estilo às diferentes situações comunicativas: saber coordenar satisfatoriamente o que fala ou escreve e como fazê-lo; saber que modo de expressão é pertinente em função de sua intenção enunciativa . dado o contexto e os interlocutores a quem o texto se dirige. A questão não é de erro, mas de adequação às circunstâncias de uso, de utilização adequada da linguagem”. (1998, p.30-31)

É bonito ver que as determinações não ficaram só no papel das leis, mas passaram para os papéis dos livros didáticos. O *Curso de Gramática Aplicada aos textos*, de autoria de Ulisses Infante, já incorporou as determinações dos PCNs. No primeiro capítulo o autor afirma que:

“A língua é um patrimônio social – e, por isso, os signos e as formas de combiná-los são conhecidos e acatados pelos membros da comunidade que os emprega. Pode-se dizer, dessa forma, que a língua é um verdadeiro ‘contrato’ que os indivíduos de um grupo social estabelecem. Além disso, como você viu no texto de abertura deste capítulo, há uma íntima relação entre língua,

identidade nacional e cultura – o que, mais uma vez, evidencia o caráter eminentemente social da língua e da linguagem. Individualmente, cada pessoa pode utilizar a língua de seu grupo social de uma maneira particular, que, em alguns casos, pode chegar a configurar um estilo pessoal, personalizado. Observe: você, ao falar ou escrever, dá preferência a determinadas palavras ou construções, que se incorporam ao seu modo de usar a língua, seja porque sua comunidade mais próxima (grupo de amigos, pessoas da família, colegas de escola, por exemplo) as compartilha, seja por opção consciente, decorrente de suas leituras ou experiências lingüísticas. Por mais original e criativa que seja, no entanto, sua expressão oral e escrita acaba por estar contida no conjunto mais amplo que é a língua portuguesa; se não fosse assim, você deixaria de ser reconhecido pelos membros das comunidades de língua portuguesa como alguém que pertence a elas. Note, pois, que língua é um conceito amplo e elástico, capaz de abarcar todas as manifestações individuais ou de comunidades muito pequenas, incorporando-as a um conjunto que recobre, no caso da língua portuguesa, vários países em quatro continentes”. (2001, p.18)

Usar todos os recursos e o alcance dos meios de comunicação de massa para difundir idéias como essas ainda é um sonho. Mas como diz o mestre Paulo Freire, “sonho que se sonha sozinho, é só um sonho. Sonho que se sonha junto, é o começo de uma realidade”.

Há uma esperança de luz no fim do túnel quando se vê que a mesma colunista, Dad Squarisi publica, no dia 9 de abril de 2006, a matéria Exibidos & bobocas, em que desfaz a relação entre “falar bonito” e ser claro.²⁸

Quem sabe um dia o preconceito saia dos papéis, da mídia e, por fim, do coração de todos os brasileiros... Quem sabe, no lugar da discriminação e do preconceito possam, um dia, surgir a valorização e o orgulho. O orgulho de falar uma língua só nossa. Para isso lutamos. Por isso, não podemos nos calar.

²⁸ Ver anexo 13.

Considerações Finais

A constatação da existência de preconceito lingüístico nos jornais impressos brasileiros é indício suficiente para afirmar que há um desrespeito ao cidadão/leitor no que diz respeito à língua. A tarefa de preservar a língua determinada pelo artigo 17 do Código de Ética dos Jornalistas parece ter sido assimilada de uma maneira deturpada por esses atores midiáticos.

Ao propagar o preconceito lingüístico, os jornais brasileiros estão incorrendo em afronta aos tópicos “e”, “d” e “b” dos artigos 9, 10 e 14, respectivamente, mostra disso é a análise feita aqui da coluna Dicas de Português.

De acordo com o tópico “e” do artigo 9º, “é dever do jornalista opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à **opressão**, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos do Homem”.

Por ser um instrumento de poder, a língua pode ser usada também como instrumento de opressão. É o que se faz quando pregam por aí que a população de um país não domina a própria língua, excluindo membros de qualquer contexto social.

Segundo o item “d” do artigo 10, “o jornalista não pode concordar com a prática de perseguição ou **discriminação** por motivos **sociais**, políticos, religiosos, raciais, de sexo e de orientação sexual”. E ainda de acordo com o artigo 14, letra “b”, “o jornalista deve tratar com **respeito** a todas as pessoas mencionadas nas informações que divulgar”.

É fácil perceber, a partir dos exemplos apresentados aqui, que os casos de preconceito lingüístico divulgados pela mídia ferem claramente o Código.

O meu desejo e o desejo de todos os lingüistas, sociolingüistas ou variacionistas e simpatizantes é ver o Código ser respeitado, é ver que os falantes da língua do Brasil são tratados como iguais, é ver que não há discriminação no tocante à língua e no tocante aos outros pontos também. É o sonho de todos nós que vemos expressados pelas palavras de Marta Scherre:

“Sabe-se bem que, infelizmente, língua é também instrumento de poder; língua é também instrumento de dominação; língua é também instrumento de opressão. Ainda não vi, e gostaria de ver um dia (a utopia faz parte da vida), a língua ser usada como um real instrumento de libertação” (2005, p.43)

Referências Bibliográficas

<http://www.fenaj.org.br/> no dia 26 de abril às 16hs – código de ética

www.primapagina.com.br no dia 15 de maio às 12:34hs

Dicionário de Ciências Sociais, Fundação Getúlio Vargas - MEC, Rio de Janeiro, 1986, p. 361

Dicionário de Linguagem e lingüística. TRASK, R.L. São Paulo: Contexto, 2004

Dicionário de Sociologia, Porto Alegre: Globo, 1961

BAGNO, Marcos. *Preconceito Lingüístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 2005, 39.ed

_____ *Dramática da Língua Portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão social*. São Paulo: Loyola, 2000.

_____ *A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris, *Nós chegemu na escola, e agora?: sociolingüística & educação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

INFANTE, Ulisses, *Curso de Gramática Aplicada aos textos*. São Paulo: Scipione, 2001. 6.ed.

LUFT, Celso Pedro. *Língua e Liberdade (O gigolô das palavras): Por uma nova concepção da língua materna*. Porto Alegre: L&PM, 1985.

MOLLICA, Maria Cecília & BRAGA, Maria L. (orgs.) *Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003.

PINSKY, Jaime, (org.) *12 Faces do Preconceito*. São Paulo: Contexto, 2003.

POSSENTI, Sírio, *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas: Mercado das Letras, 1998/2000.

PRETI, Dino. *Sociolinguística: os níveis de fala*. São Paulo: Nacional, 1974.

SCHERRE, Marta. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

SILVA, Fábio Lopes da & MOURA, Heronides Melo de M. (orgs.) *O Direito à Fala: a Questão do Preconceito Lingüístico*. Florianópolis: Insular, 2000.

SILVA, Rosa Virginia Mattos. *O português são dois: novas fronteiras, velhos problemas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Ática, 1986.

Leitura Complementar

Entrevista com Dad Squarisi

Por mais que, creio eu, tenha demonstrado e verificado que há, de fato, preconceito lingüístico nas colunas de Dad Squarisi, quero, por motivo de segurança, e em conformidade artigo 14, parágrafo III, que determina que o jornalista deve: “a) Ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, todas as pessoas objeto de acusações não comprovadas, feitas por terceiros e não suficientemente demonstradas ou verificadas”, deixar registrada aqui a conversa que tive com a própria Dad.

1) Existe um abismo entre a linguagem oral e a língua que é descrita na gramática. Você acha que a gramática deve se adaptar à língua oral ou o contrário?

Dad: Eu lhe digo que nós falamos várias línguas. Nós somos políglotas na nossa língua. Então, há certos momentos que você precisa obedecer a norma culta. Se eu vou fazer uma palestra para ministros do Supremo Tribunal, para alunos de universidade, para professores de universidade, eu tenho que usar a norma culta. Então, para usar a norma culta, eu tenho que conhecer a norma culta. Não significa usar palavras difíceis, estruturas incompreensíveis. Na verdade é conjugar os verbos direitinho, flexionar os verbos, fazer as concordâncias, as regências, é colocar o pronome, como manda a gramática. Então, não é que exista abismo. Existem, na verdade, várias formas de expressão e todas estão certas, desde que empregadas no lugar certo. É como roupa. Um biquíni fica lindo na praia, é bem-vindo na praia. Agora, se eu aparecer aqui na sala de aula de biquíni, o mesmo biquíni que foi tão aplaudido na praia está fora de contexto. Então, a gente tem que saber usar a linguagem adequada ao contexto. Não é questão de ser certo, nem errado. É questão de adequação.

2) Não é exigir demais, esperar que o Ronaldinho faça a regência gramaticalmente correta do verbo preferir?

Dad: Na verdade, eu uso nas Dicas o que eu preciso de gancho para fazer a coluna. E, às vezes, um jogador de futebol me oferece esse gancho. Ele está falando e na fala pode tudo. É na escrita que a gente tem que ter mais cuidado.

3) *Você não faz questão de deixar isso claro na coluna. A impressão que passa é que quem fala assim está falando errado.*

Dad: Mesmo na língua oral depende, também, de onde você estiver.

4) *Mas, em relação ao Ronaldinho? Ele é um jogador de futebol...*

Dad: É... é... Então eu aproveitei a dica do Ronaldinho para falar na regência do verbo “preferir”, porque outro dia um leitor escreveu uma carta para nós dizendo que ficou indignado porque na página de economia dizia que “ele preferiu isso do que aquilo”, então ele ficou indignado porque queria que estivesse escrito certo. Então eu aproveitei assim... Talvez se eu tivesse esse exemplo da economia, eu teria usado. Mas, quando o Ronaldinho disse isso eu falei “olha, que legal”, a regência do verbo preferir. Mas talvez você tenha razão: deixar claro que o Ronaldinho não tem compromisso maior com a língua.

5) *Eu analisei a sua coluna para fazer a minha monografia e a impressão que passa é que todo mundo que fala daquele jeito está falando errado.*

Dad: É que na verdade, a minha coluna tem o objetivo de tratar da norma culta, porque a norma da rua todo mundo conhece. É uma coluna lida por pessoas que fazem concurso, vestibular, que escrevem pareceres, por jornalistas. Então eu estou preocupada com a norma culta, não com a norma informal, porque isso não precisa. Todo mundo usa a informal. Sabe usar porque é o nosso falar.

6) *Você concorda que pode estar divulgando um preconceito lingüístico?*

Dad: Não, não. Preconceito lingüístico... O que seria um preconceito lingüístico? É dizer que... é... que aquela moça que nunca estudou, que é uma retirante, está chegando a Brasília: ela disse “nóis vai”, ela falou errado. Não. Ela disse o que ela sabe falar.

7) *E o caso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva? Por mais que ele seja presidente da República, ele não veio de um contexto em que a gente possa esperar que ele fale...*

Dad: O pior é que ele fala. Ele melhorou... (risos) Ele fala muito bem. Ele melhorou porque ele estudou. Porque ele precisa, como presidente da República falar bem, o que ele não precisava como metalúrgico. Então, ele faz as concordâncias, faz as regências.

De vez em quando engole um “s”, um “z”, que a gente faz isso também. Mas ele, na condição de presidente, fala um padrão médio de língua.